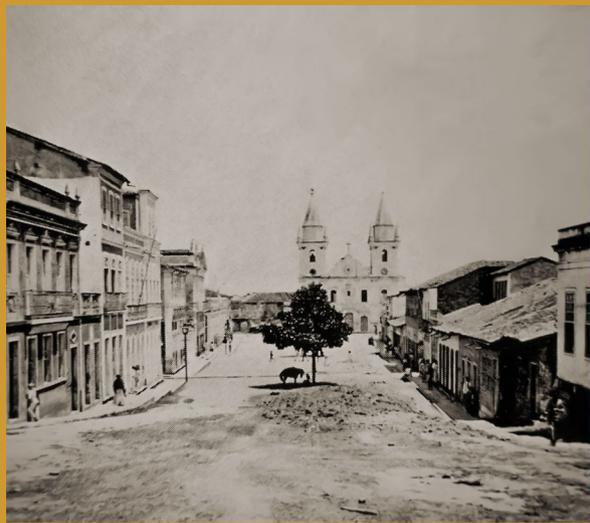


José Prospero Jehovah da Silva Carotá



CRÔNICA DO PENEDO

1872 - 1873



2024

José Prospero Jehovah da Silva Carotá

CRÔNICA DO PENEDO

1872 - 1873

EDITADO POR



MACEIÓ - 2024 - ALAGOAS

Sumário

PRIMEIRA PARTE	04
Povoado	05
Elevação à vila e depois à cidade.....	06
Ocupação holandesa	08
Extinção do quilombo dos palmares	10
Juizes de fora no Penedo.....	11
SEGUNDA PARTE	13
Efeitos da revolução de 1817 e expedição contra a mesma	13
Diversos atos da Câmara	18
Filhos do Penedo distintos.....	24
TERCEIRA PARTE	29
Ruas, templos e edifícios públicos.....	29
Matriz	31
Convento.....	34
Igreja de N. S. da Corrente.....	37
Igreja de N. S. do Rosário.....	38
Igreja de S. Gonçalo Garcia	40
Igreja de S. Gonçalo de Amarante.....	42
Cadeia	44
Casa da Câmara.....	46
Aposentadoria nova	48

PRIMEIRA PARTE

Publicado na Revista do Instituto Arqueológico
e Geográfico Alagoano
Vol. I, nº 1, em dezembro de 1872.

O passado é um imenso livro, cheio de preciosos tesouros; atendendo a esta verdade todos os povos sempre tiveram suas tradições em muita conta, e sempre puseram grande empenho em salvá-las do olvido.

No intento de recordar as nossas, depois de havermos examinado o arquivo da municipalidade, os livros de notas e manuscritos antigos, e obtido esclarecimentos de anciãos fidedignos, fizemo-nos cargo de registrar o que podemos com algum trabalho coligir concernente a história desta nossa terra, uma das povoações mais antigas do Brasil, existente a mais de trezentos anos à margem desse magnífico e auspicioso rio, numa das situações mais encantadoras da América; — a história deste povo brioso e intrépido que levou de vencido o feroz gentio, o audacioso holandês, e o quilombo dos palmares; que deu valentes soldados para sufocar a revolta de 17 em Pernambuco; — povo que produziu saberes que foram

respeitados pelos da culta Europa, diplomatas que se medem com os mais distintos de lá, pregadores eloquentes e brilhantes, deputados ao congresso português, legisladores de ambas as Câmaras do país, apreciados por seus caracteres e luzes, e magistrados íntegros.

Pagamos com estas linhas um tributo de amor à terra natal e o pequeno contingente na razão de nossas forças que tínhamos por dever prestar a obra grandiosa do Instituto Alagoano.

Povoado

Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário e senhor de Pernambuco, depois de haver fundado Olinda e pacificado os índios, saiu com navios portugueses e gente suficiente a correr a costa do Sul, a fim de expulsar os franceses que aí negociavam com os gentios, e entrando na barra de Porto Calvo deixou colonos para dar em começo a um povoado.

Seguindo mais para o sul encontrou no porto dos Franceses e em duas lagoas que lhe ficam próximas e aí a margem de uma delas estabeleceu outro povoado.

Satisfeito com estes lugares, continuou na exploração da costa para o Sul, e a 10 de outubro de 1555¹ entrou neste majestoso rio, limite da capitania, o qual os indígenas denominavam — Opára e que pode ter sido descoberto a 4 de outubro de 1501, dia em que a santa igreja celebrava a festa de S. Francisco, teve o nome deste Santo.

A data da entrada de Duarte Coelho Pereira no rio de

1. N. E.: Manuel Diégues Júnior, em *O Açúcar no povoamento de Alagoas*, publicada na revista *Brasil Açucareiro* de janeiro de 1946 (pág. 402) observa que o ano mais provável seria 1845, considerando que Duarte Coelho faleceu em 1554.

S. Francisco encontramos numa crônica antiga no convento dos franciscanos de Iguarassú. Navegando rio acima chegou até o lugar que esta cidade ocupa.

Por ser a primeira eminência que encontrou na margem esquerda, e achando-a própria para um povoado, aqui aportou e deixou alguns grupos de famílias que com ele vieram de Portugal. A colônia desde logo entrou em luta com os gentios que a acometiam constantemente, luta que se prolongou até 1560. Neste ano é que Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário, filho de Duarte Coelho Pereira, vindo ao rio de S. Francisco com seu irmão Jorge de Albuquerque, conseguiu apaziguar os mesmos gentios.

Por mais de um século permaneceu pobre e improgressivo o povoado.

Elevação à vila e depois à cidade

Foi elevada à vila com o título de S. Francisco a 12 de abril de 1636, como se acha declarado nas memórias de guerra do Brasil, escritas por Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário, a quem Felipe III de Espanha fez conde de Pernambuco e marquês de Basto; é neto de Duarte Coelho Pereira, filho do seu segundo filho e já terceiro donatário Jorge de Albuquerque.

Em ditas memórias lê-se seguinte nota escrita em Porto Calvo no ano de 1636: “— em doze de abril deste proprio año fue levantada en vila com el titulo del Bueno Sucesso la plobacion de Puerto Calvo.

Assi lo hizo tambien com las plobaciones de la Laguna del Sur y del Rio de S. Francisco, llamando vila de la Magdalena a la primeira, y de S. Francisco a la segunda, dando

los términos y jurisdicciones conforme a los poderes y privilegios qui tenia del Rei para hacer las que le pariciesse.”

Na exposição feita pela Câmara ao governo dos movimentos que aqui ocorreram por ocasião da revolução de 1817, a qual se acha registrada num dos livros do arquivo, afirmou ela que foi o Penedo elevado a vila em 1614, fundando-se na carta dirigida a El Rei em 14 de fevereiro de 1732 pelo senado da Câmara de então, e mais uma provisão de 15 de dezembro de 1710 e numa certidão passada em 28 de dezembro de 1715, documentos que acompanharam por cópia a referida exposição, mas que infelizmente não foram, como ela, registrados.

Na sessão de 22 de setembro de 1824 respondendo a Câmara ao ofício do presidente da província de 13 do mesmo mês, em que pediu cópias das leis e ordens pelas quais foram criados os ofícios de escrivães e tabeliães desta vila declarou, que não sabia ao certo tempo da fundação da vila pelo queima que fizeram os holandeses nos cartórios e no arquivo municipal, perdendo-se todos os papéis que neles havia; porém que constava-lhe ter sido criado esta vila no ano de 1614 com dois escrivães do judicial e notas e um dos órfãos.

Esta asserção da Câmara, embora baseada numa tradição antiga, não tem a força precisa para destruir a nota do marquês de Basto, acima transcrita, que merece toda a fé, por ser verossímil e escrita por pessoa muito autorizada. O marquês, como governador que foi durante o período de 1630 a 1638, registrou o que ele próprio fez. Demais, sendo estabelecidos os três núcleos de povoação, Porto Calvo, Alagoas e Penedo, no ano de 1555, como já dissemos, é muito provável, que fossem eles eretos em vila numa só data, segundo afirma a nota citada; e

nem há razão para supor que o Penedo fosse vinte e dois anos antes, como pretende a Câmara, constatando aliás, que esteve ele, por sua posição na extremidade austral da capitania, por muito tempo estacionário.

Começou a vila a ser denominada Penedo nos fins do século dezessete; parece que este nome, naturalmente tomado do Rochedo em que ela assenta, foi sendo admitido pouco a pouco pelo uso.

Deparamos com uma procuração lançada em notas a 5 de setembro de 1686, em que o tabelião fazia menção tão somente de vila de S. Francisco, capitania de Pernambuco, e em seguida com uma carta de alforria, lançada no dia subsequente, isto é, a 6 de setembro do mesmo ano; e passada pelo próprio tabelião fora da vila, em cujo cabeçalho fez ele a declaração seguinte: — neste rio de S. Francisco, termo da vila do Penedo. — Depois desta data encontra-se numas escrituras a denominação de vila de S. Francisco, e noutras a de vila do Penedo do rio S. Francisco, isso até 1704; empregaram os tabeliões daí em diante exclusivamente a última denominação.

Teve o título de muito nobre e sempre leal, como as outras duas vilas Alagoas e Porto Calvo, o que consta de documentos antigos.

Foi elevado à categoria de cidade pela lei provincial nº 3 de 18 de abril de 1842, que lhe conservou o título mencionado.

Ocupação holandesa

Chegou em janeiro de 1637 no Recife o conde João Maurício Nassau na qualidade de chefe civil e militar com um poderoso reforço para consolidar a conquista das

províncias unidas de Holanda, e marchando com cinco mil holandeses contra Porto Calvo, ocupado pelos portugueses, dispersou-os depois de forte resistência, fugindo o conde Bagnuolo para Sergipe.

Perseguiu Nassau ao mesmo conde até o rio S. Francisco, e ocupou o Penedo no dito ano de 1637.

Para assegurar o fruto de sua vitória mandou construir nesta vida um forte, onde deixou o general Segismundo com mil e seiscentos homens.

O forte foi erguido no lugar em que está a casa meio-assombrada do coronel Antônio José de Medeiros Bitencourt no beco fronteiro ao convento dos franciscanos, o qual por este motivo foi denominado pela Câmara beco do Forte. Quando se cavaram os alicerces da referida casa acharam-se balas, roda de ferro de carretas e outros objetos que pertenceram a este famoso forte. Durante a ocupação holandesa grande parte das famílias portuguesas que ali habitavam mudaram-se para a Bahia.

Destruíram os arquivos e todos os documentos antigos; estiveram de posse do forte e da vila até 1645.

João Fernandes Vieira, pondo-se a frente da insurreição contra os holandeses em Pernambuco derrotou-os em diversos combates; depois do que ordenou se arrasassem as fortalezas de Porto Calvo e do Penedo.

Em setembro antedito ano de 1645 teve lugar o ataque contra os holandeses que aqui estavam. Como era o derradeiro ponto fortificado que defendiam ao sul da capitania, foram tenazes em sustentá-lo, tornando-se assim o ataque renhido e sanguinolento; mas afinal puseram-se em retirada, abandonando o forte. A coluna de tropas, a que foi devido este triunfo, era na maior parte composta de habitantes desta margem, e capitaneada por Valentim Rocio.

Restaurado o Penedo pelos portugueses, cravaram estes em sinal de posse uma cruz de pedra como padrão no alto em que está hoje o cemitério.

A cruz assentava num grande pedestal também de pedra com vários degraus; a sua haste, que era inteiriça, tinha cerca de oito pés de comprimento até o lugar dos braços; aí havia uma cavidade onde encasava a outra peça também de pedra inteiriça contendo os braços e a cabeça, peça que sendo movida girava a roda da haste. Os braços quase sempre olhavam para o nascente e poente: durante a revolução de Pernambuco em 17 houve quem os mudasse de posição, apontando então um deles para as partes do Recife, o que deu lugar a dizer-se que a cruz indicava, se marchasse contra os revolucionários. Depois do estabelecimento do cemitério lembraram-se alguns devotos de fazer uma capela para a cruz, conhecida geralmente pelo nome de Cruz das Almas, arrancaram-na de seu pedestal, cortaram-na, pondo-a em pequenas dimensões, para a colocarem no altar, onde ainda hoje existe dentro da capelinha que tem o nome de Senhor Bom Jesus dos Pobres, em razão de haver uma devota por sua morte deixado para esta capelinha seu oratório contendo além de outras imagens a do Senhor Crucificado com a referida invocação.

Não devia a Câmara ter consentido na destruição desse monumento que recordava uma das épocas notáveis da história desse povo.

Extinção do quilombo dos palmares

Este quilombo, que já em tempo dos holandeses causava muitos danos, aumentando com o correr dos anos

prodigiosamente o número de seus habitantes, chegou a constituir-se um inimigo terrível nesta parte da capitania; oprimiam os pretos com frequentes insolências e latrocínios os moradores de Penedo e de outros povoados, assim como os do centro. Tinha um estabelecimento de cultura perto do quilombo.

Fortificados no alto de uma montanha, onde plantaram muitas palmeiras, as quais deram o nome de palmares ao sítio, puderam triunfar durante cinquenta anos dos assaltos repetidos que os povos eram forçados a dar-lhes.

Mas em 1697 reunindo-se os povos do Penedo, Alagoas, S. Miguel e Pernambuco, em número de mais de mil e quinhentos homens, fizeram um rigoroso sítio nos palmares e conseguiram extinguir o quilombo, depois de arrombadas as portas da estacada. O chefe dos negros chamado Zumbi e seus principais companheiros, vendo-se perdidos, suicidaram-se, atirando-se do cimo de um rochedo alcantilado. O quilombo dos palmares demorava a quarenta e duas léguas do Penedo, tinha sua sede na serra da Barriga, termo da vila da Imperatriz.

Ainda em 1837 descobriram-se nesta serra vestígios dos antigos moradores dos palmares.

Juízes de fora no Penedo

Deu-se em 1710 uma sublevação em diversas vilas de Sergipe, contra a qual pronunciou-se o Penedo, e prestou o auxílio possível para sua pacificação. Foi criada a comarca de Alagoas em 1711, tendo por centro ou cabeça a vila de Santa Maria Magdalena do Sul, depois vila e cidade das Alagoas, com mais dois termos, o da vila do Bom Sucesso de Porto Calvo e o de Penedo.

O século dezoito foi de paz e prosperidade para os habitantes desta margem do S. Francisco, onde prosperou o comércio com o aumento da população e da cultura, cresceu a vila, fundaram-se templos, começou a aparecer a riqueza e a ilustração, sendo que por sua importância foi criado neste termo um juiz de fora por alvará de 15 de dezembro de 1815, segundo o exposto no corpo do mesmo alvará.

Foi o primeiro juiz de fora do Penedo o dr. Luiz Antonio Barboza de Oliveira, que tomou posse do cargo a 24 de julho de 1818, era natural da Bahia e desembargador.

O segundo juiz de fora o dr. Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape e senador, falecido: não encontramos o termo de sua posse, e por isso ignoramos em que data entrou em exercício. Substituiu ao ouvidor da comarca por competir esta substituição aos juízes de fora do Penedo.

O terceiro, o dr. Gustavo Adolfo de Aguiar; tomou posse a 7 de setembro de 1823, foi também ouvidor interino.

O quarto o dr. Antonio Ignacio de Azevedo; entrou em exercício a 19 de outubro de 1825: é atualmente desembargador aposentado.

O quinto, o dr. Francisco José Coelho Neto, entrou em exercício a 18 de abril de 1827; foi ouvidor interino; faleceu desembargador aposentado na Bahia.

O sexto e último, o dr. Firmino Antonio de Souza, que tomou posse no lugar a 14 de maio de 1830; coube-lhe também substituir ao ouvidor da comarca; faleceu desembargador e conselheiro, presidente da relação de Pernambuco. Nele acabou esta magistratura com a publicação do código do processo em 1832.

SEGUNDA PARTE

Publicado na Revista do Instituto Arqueológico
e Geográfico Alagoano
Vol. I, nº 2, em junho de 1873.

Efeitos da revolução de 1817
e expedição contra a mesma

A 6 de março de 1817 rebentou no Recife a sedição contra o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. A notícia chegou ao Penedo no dia 15 do mesmo mês; dizia-se que vinha o padre Roma, e em seu seguimento milhares de homens submeter todo o povo desta comarca; e que as mais capitânicas aderiam à revolta.

No dia 25 apareceram as ordens do governo provisório, criado pelos rebeldes depois de expelirem o referido governador; as quais se sujeitaram os habitantes do Penedo por julgarem infrutífera qualquer resistência, visto não contarem com o apoio de fora, e se acharem exaustos de recursos pela seca e epidemia de bexigas que havia assolado no ano antecedente. Soltaram-se os presos, ocultaram-se as bandeiras reais e tiraram as armas portuguesas das barretinas e talabartes. Durou essa situação

até o dia 29: havendo então certeza de que a capitania da Bahia não aderiria a rebelião, e de que em Vila Nova estava piquete de cavalaria vindo de S. Cristóvão, animaram-se os penedenses e mandaram o padre Francisco José Correia assegurar o comandante do mesmo piquete, que esta vila permanecia na obediência e sujeição ao governo legítimo, e pedir-lhe auxílio no caso de agressão dos insurgentes.

Como fosse favorável a resposta, teve lugar no dia 31 a proclamação da autoridade d'El Rei com o maior aparato possível: a Câmara patenteou o estandarte real e correu as ruas com todos os regimentos e grande número de pessoas gradas, que não cessavam de dar vivas a Dom João sexto e a real casa de Bragança. Deram-se as providências para serem presos os criminosos. Mandou a Câmara uma deputação composta do reverendo missionário Francisco José Corrêa, capitão de milícias Francisco de Souza Machado e capitão de ordenanças Francisco Moreira da Silva Lemos ao Conde dos Arcos, governador da Bahia, fim de comunicar-lhe o ocorrido e suplicar-lhe auxílio.

Foram estes enviados presos em Vila Nova, e daí remetidos para Sergipe depois para Bahia.

Apesar das manifestações solenes que davam os penitentes de repelirem a rebelião, continuavam a ser reputados patriotas pelo povo de Vila Nova, e como tais perseguidos. A Câmara oficiou ao governador de Sergipe implorando a suspensão das hostilidades que sofriam os habitantes desta vila do comandante do destacamento dali, mas não foi atendida.

Estabeleceram os de Vila Nova curso no rio, apreendendo as sumacas do Penedo que vinham da Bahia, sa-

queando e destruindo as canoas, prendendo as pessoas que nelas encontravam; vinham mesmo a margem do rio do lado do Penedo para perseguir.

Foi preso em Coruripe o ajudante do regimento dos pardos Manoel Luiz das Chagas pelo sargento do mesmo regimento José Carlos da Silva que morava há muito no termo de Vila Nova. Em consequência de tamanha opressão reuniu-se no dia 16 de abril o povo no paço da Câmara para protestar contra tão revoltante procedimento. Por aviso dado por alguém do Penedo, soltando um foguete na coroa do Rio, segundo se diz, vieram de Vila Nova o capitão de ordenança Bento de Melo Pereira, depois barão da Cotinguiba, ajudante Miguel dos Anjos e o alferes do regimento dos pretos Anacleto do Rosário, e na sala da Câmara, ainda em sessão da mesma, prenderam ao Coronel Ignacio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, comandante do Regimento dos brancos, o sargento-mor do mesmo regimento Miguel Veloso da Silva Nobrega e ao capitão-mor das ordenanças José Gregório da Cruz, sem que mostrassem ordem superior: não obstante, todos obedeceram a fim de não serem tidos como sediciosos; e foram presos para Vila Nova, exceto o capitão-mor José Gregório, que por estar doente foi recolhido a sala livre.

Com a prisão o chefe caiu o povo em grande desânimo, e dispunha-se a procurar os campos julgando sem segurança na vila, quando apareceu a notícia de haver chegado em Vila Nova no dia 18 de abril o marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda com tropas, mandado pelo Conde dos Arcos, notícia que causou geral contentamento.

Na tarde do dia 19 foi o mesmo marechal recebido no

Penedo, a margem do rio, pela Câmara, oficialidade dos regimentos, clero secular e regular e mais pessoas distintas da vila, que acompanharam até a casa da Câmara, já preparada para quartel general: encontrou ele em vez de rebeldes, como apregoavam os habitantes da Vila Nova, um povo fiel e obediente.

Convicto destes sentimentos dos penedenses aqui organizou o seu exército e partiu no dia 24 para Pernambuco, muito satisfeito pelo bom acolhimento que teve e providências da Câmara para o fornecimento de provisões que não lhe faltaram enquanto suas tropas aqui estiveram.

Marcharam sobre seu comando os dois regimentos de milícias da guarnição da vila, o regimento dos homens brancos com quinhentas e oitenta e nove praças comandado por seu tenente-coronel José Gomes Ribeiro, e o regimento dos homens pardos com seiscentas e sessenta e cinco praças comandados pelo coronel do mesmo Francisco Manoel Martins Ramos, o qual saindo do Recife onde se achava quando apareceu a revolução, encontrou o marechal na barra de S. Miguel de Alagoas.

Todas pessoas, (sem exceção de classe alguma) que podiam marchar acompanharam os regimentos; ficaram tão somente os inválidos.

Sem embargos de tantas provas de fidelidade ao governo d'El Rei, continuou a perseguição contra os penedenses; depois da partida do marechal foi ainda preso o capitão de ordenança desta vila, morador no Traipu, Antonio Rodrigues de Medeiros como patriota, e remetido acorrentado para Bahia.

O conde dos Arcos mandou imediatamente soltá-lo, bem como aos três enviados da Câmara, presos em Vila

Nova; também foi solto depois de justificar-se o capitão-mor José Gregório da Cruz; mas o coronel Ignacio Francisco, o sargento-mor Miguel Veloso e o ajudante Manoel Luiz estiveram presos mais de quatro anos na Bahia, sendo depois anistiados.

Em Tamandaré, dez Léguas distante do inimigo que se achava no engenho trapiche de Ipojuca, organizou-se de novo o marechal Cogominho o seu exército: o regimento dos brancos do Penedo foi confiado ao comando do capitão Rodrigo Argolo de Vargas, passando o coronel José Gomes Ribeiro para o quartel general; e o regimento dos pardos foi entregue ao capitão Hermogenes Francisco de Aguiar, sendo o coronel Francisco Martins Ramos destinado para comandante do depósito geral do exército em Sirinhaém.

O capitão deste regimento Antônio José dos Santos com a sua companhia praticou ações de bravura no combate junto à Nossa Senhora do Ó... este mesmo regimento dos pardos prendeu, depois de ferido, o membro do governo provisório Domingos José Martins, que tinha ido reunir-se ao capitão-mor Francisco de Paula no engenho trapiche de Ipojuca; e distinguiu-se no assalto que o marechal Cogominho, deu em dito engenho, pondo em debandada no dia 14 de março a tropa de Francisco de Paula.

Depois do combate o marechal agradeceu ao referido regimento o bom desempenho de seus deveres, e graduou ao capitão Antônio José dos Santos com o posto de sargento-mor.

Chegando ao Recife a notícia deste desastre, dispersaram-se os membros do governo provisório, e no dia 20 de março foi proclamada a autoridade d'El Rei sem o menor obstáculo.

Chegaram no mês de setembro no Penedo os seus dois regimentos; celebraram-se solenes festas pelo feliz resultado desta expedição; a do regimento dos brancos teve lugar na matriz no dia 5 de outubro, e a dos pardos no dia 6 na mesma igreja

A oficialidade de ambos não quis receber o soldo que lhe competia por todo o tempo do seu serviço, exceto aqueles oficiais que já o venciam por suas patentes.

Todos em geral contribuíram de boa vontade para as despesas da expedição.

Diversos atos da Câmara

No intuito de enfraquecer a influência que exercia Pernambuco na política do país e que o excitou a cometer a revolução de 1817, desmembrou o governo comarca das Alagoas da capitania de Pernambuco, e erigiu-a em capitania por decreto de 16 de setembro de 1817. Seu primeiro governador foi Sebastião Francisco de Mello Póvoas, que criou a mesa do consulado do Penedo.

Em 1821 criou-se, em virtude da constituição portuguesa, uma junta do governo, composta de nove membros, sendo um destes o capitão de ordenanças do Penedo João Moreira de Carvalho, pai do barão do Penedo.

Esta junta mandou proceder a eleição dos deputados para o congresso português: foi um dos eleitos o coronel dos pardos Francisco Manoel Martins Ramos, e suplente o reverendo Luiz José de Barros Leite, filho do capitão-mor José Gregório da Cruz. Estes dois penedenses foram à Lisboa cumprir sua missão, e no seu regresso lhes foi proibido entrarem na província por ato da junta do governo de 10 de abril de 1823, o que foi desaprovado

pelo governo central por portaria de 1º de setembro do mesmo ano.

Passamos a registrar alguns atos do senado da Câmara do Penedo digno de nota.

O poder municipal que a lei não cria e só regula, por ser o município obra da natureza, poder respeitável que cumpre ser respeitado para haver coesão do corpo social, era naqueles tempos devidamente considerado; as corporações que o representavam achavam-se revestidas de muitas importantes atribuições. Corresponhia-se a Câmara com a da corte sobre assuntos políticos; indicava a El Rei medidas a bem do comércio e navegação deste rio, da ordem pública e da comodidade dos povos, e era em algumas atendida. Dos seus livros consta que em grande escala cultivou-se o fumo nas margens do S. Francisco, cultura que hoje se acha desprezada.

Achamos lançada em notas em 1806 uma procuração de muitos comerciantes de tabaco, pela qual constituíam procuradores para representarem a El Rei contra os danos que sofriam na venda desse gênero na Bahia, provenientes de medidas injusta dos ministros.

Houve estanqueiros de tabaco no Penedo, e foi um deles, vindo da Bahia, o pai de Francisco Gê Acayaba Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha e senador, era este então menino, aprendeu aqui primeiras letras e gramática latina; já neste tempo lhe agourava o padre mestre Antonio Craveiro de Barros Leite, seu professor de latim, o futuro brilhante que lhe coube na carreira das letras. Propôs a Câmara ao governo central a anexação de Alagoas a Sergipe, sendo o Penedo a residência do governo, e igualmente a criação de um bispado compreendendo as capitanias referidas com sede no

Penedo, em razão da grande distância que separava estes povos das autoridades superiores civis e eclesiásticas.

Acrescentamos que o projeto da criação deste bispoado foi, não há muitos anos, apresentado na Câmara dos deputados, onde passou em primeira discussão.

Na época da Independência distinguiu-se assaz o Penedo por sua ilustração, o que prova um ofício do Ouvidor de então, o qual se acha registrado no arquivo da Câmara, e cujo teor é o seguinte: — não posso deixar de estranhar que nesta vila, tendo o melhor crédito de mais ilustrada das desta província, se conservem nos lugares públicos dela as armas do reino de Portugal, declarado inimigo deste império e até no estandarte desta Câmara, para isso ordeno a VV. SS. que quanto antes se façam desaparecer e restituir em seus lugares as deste dito império. Deus guarde a VV. SS. por muitos anos. Penedo 10 de fevereiro de 1824. Gustavo Adolfo de Aguiar, ouvidor interino.

Illm.os Snr.s presidente, vereadores e procuradores da Câmara desta vila. —

Contavam-se na capital da província empregados filhos do Penedo, o que deu origem, ao que parece, a guerra que então se fez aos penedenses. Suas pretensões se dificultavam, sofriam insultos, eram espancados os soldados que daqui iam para a guarnição da capital, procedimentos autorizados pela falta de energia da junta provisória do governo.

A Câmara do Penedo em 11 de maio de 1824 expos ao imperador estas ocorrências que separavam os membros da família alagoana, e o abuso do poder praticado pela junta do governo em opor-se a execução da lei de 20 de outubro de 1823 que dava nova forma aos gover-

nos provinciais, apoiando a sua representação no ato do membro da mesma junta Tertuliano de Almeida Lins, que afastou-se dos outros membros, quando reconheceu que pretendiam continuar a governar pelo sistema português, protelando a execução da lei brasileira citada. Chegando porém à província seu primeiro presidente D. Eugênio de Locio e Seibnitz, nomeado em virtude da antedita lei, o qual tomou posse no 1º de julho de 1824, fez eleger o conselho de governo criado pela mesma lei, e tranquilizou os ânimos irritados pelas violências e desacatos que se praticavam durante o governo da junta provisória.

Em 1824 manifestaram-se alguns grupos em Pernambuco contra a dissolução da constituinte, e tentaram separar aquela província do governo do Rio de Janeiro para formar com outras a confederação do equador; à esta sedição aderiram alguns habitantes das Alagoas, os quais de combinação com os sediciosos estabeleceram na vila de Anadia a 24 de maio de 1824 um governo temporário.

Nesta mesma data oficiou o presidente do referido governo, Antônio de Barros de Macedo Leite, à Câmara do Penedo, persuadindo-a dar por deposto o governo das Alagoas, que ele qualificava de tirano, e a prestar apoio ao novo governo de Anadia; advertindo-o de que, se o contrário fizesse, responderia por todos os males a que desse lugar a sua desobediência. Ao que respondeu a Câmara, em 28 de maio, que havendo na capital governo legítimo reconhecido como tal por toda a província, a exceção da única vila de S. João de Anadia, não devia Penedo obedecer a outro, e muito menos ao de Anadia, estabelecido à força das armas de Pernambuco.

Deu logo a Câmara todas as providências para a defesa da vida, caso fosse invadida por tropas de Anadia. Os rebeldes foram derrotados em S. Miguel, e os de Pernambuco tiveram a mesma sorte em diversos ataques, de maneira que em setembro no mesmo ano já não existia a célebre confederação do equador.

Fizeram-se a 13 de outubro 1834 as eleições para a primeira legislatura da assembleia provincial, em virtude da lei de 18 de agosto do mesmo ano.

Não tendo corrido regularmente o respectivo processo, apareceram reclamações, e foi a capital invadida por gente armada, que instou pela anulação de ditas eleições a fim de se proceder a novas.

No dia 16 de novembro do mesmo ano, às nove horas da noite, o povo do Penedo reuniu-se desarmado na frente da casa da Câmara, e tocando o sino da cadeia apareceu o juiz de paz para inquirir do motivo da reunião; responderam que queriam que se reunisse a Câmara.

Reunida esta imediatamente e perante as autoridades e oficiais superiores que compareceram, declararam, os tribunos do povo que reclamavam contra o procedimento menos regular da Câmara da capital na apuração dos votos para deputados provinciais, a qual rejeitando a votação de alguns colégio fez com que fossem eleito tão somente pessoas de Atalaia, que aliás não foram votadas nos mais pontos da província, que a vista de tamanha ilegalidade queriam que o governo mandasse proceder a novas eleições geralmente em todos os colégios da província; e que, como sendo atendida a sua representação, protestavam não prestar sua obediência à dita assembleia inconstitucional até que a questão fosse decidida pelo governo central.

Julgando a Câmara justa a reclamação, acordou em lançá-la na ata daquela sessão extraordinária, a fim de ser remetida ao governo provincial. Depois dessa ocorrência recebeu a Câmara o ofício do conselheiro presidente da província de 15 de novembro, em que ordenava que convocasse os homens bons, e que consulta-se o espírito público do município a respeito da reunião da assembleia provincial, visto constar ao governo, que em diversos pontos da província se juntavam povos em direção à capital para obstar dita reunião.

Convocando a Câmara grande número de cidadãos em sessão de 18 de novembro, e sendo lido o referido ofício, foi por alguns respondido que já se havia manifestado o espírito público do município na ata do dia 16; que os habitantes do Penedo não podiam consentir numa Câmara de deputados manca e defeituosa, para a qual não concorreram muitos colégios da província; e que não sendo ela por essa razão a expressão da vontade da maioria da mesma província difficilmente tomaria assento, cumprindo ao governo para salvar os alagoanos da guerra civil mandar proceder a novas eleições, e dividir o colégio de Atalaia, formando cada vila daquela comarca um colégio separado. — Lançada na ata esta resposta foi remetida por cópia ao governo. Igual reclamação fizeram outros municípios, do que resultou anularem-se ditas eleições por ato do presidente da província, que ordenou se fizessem novas no dia 15 de janeiro de 1835.

Por costume muito antigo e autorizada por providimentos dos ouvidores fazia a Câmara à sua custa a festa de S. Sebastião em S. Gonçalo do Amarante e a de Corpus-Christi com procissão na matriz: tão digna devoção foi sempre observada todos os anos, deixando depois

a Câmara de cumpri-la, por não haver na lei provincial consignação de quota para essa despesa, como declarou ela em ofício de 5 de junho de 1846 ao secretário do governo, que a exortara a mandar celebrar a festa do Corpo de Deus, exigida por uma lei de 1837.

Em sessão de 14 de abril de 1849 resolveu a Câmara officiar à irmandade do Santíssimo Sacramento pedindo a transferência da festa do S. S. para o dia de Corpus Christi, a fim de ter lugar por este meio a solenidade do mesmo dia; não foi porém atendida.

Filhos do Penedo distintos

Ufana-se o Penedo de ser o berço do sábio Manoel Joaquim Fernandes de Barros de saudosa memória. Nasceu a 17 de março de 1802 no sobrado de um andar da rua da Matriz, que tem presentemente o nº 27: seus pais foram José Fernandes Chaves e D. Thereza de Jesus Barros Leite, descendente esta do fidalgo português Jorge de Barros Leite que habitou na capitania de Sergipe, onde exerceu os altos cargos da governança. Ficou órfão de pai na idade de dois anos, cabendo à sua extremosa mãe dirigir-lhe a educação até os dezesseis anos: casando ela em 28 de outubro de 1818 com o português Antonio José Bittencourt Belem, serviu este daí em diante de apoio para a realização da justa aspiração do jovem penedense. Foi em 1822 para França depois de haver estudado alguns preparatórios; obteve o grau de doutor em medicina na universidade de Strasburgo em 1828 e depois o de doutor em ciências físicas e o de bacharel em letras em Paris. Era tal o brilho de seu talento e tamanha a copia e variedade de seus conhecimentos, que os sábios franceses, ainda

que ciosos de sua ilustração, lhe deram muitas provas de subida consideração e respeito: Orphila nuna de suas obras o citou como autoridade em ciências físicas; num tratado de química um autor francês de cujo nome nos não recordamos agora lhe fez um extenso e merecido elogio.

O governo o mandou viajar por diversos países da Europa; de volta demorou-se algum tempo em Maceió onde moravam sua mãe e padrasto. Casou em Sergipe com D. Maria de S. José Barros, de quem teve um filho: foi deputado à assembleia geral na legislatura de 1834 a 1837 por sua província natal. Descobriu uma extensa mina de ferro na província de S. Paulo, igualmente outra de carvão de pedra nos morros de Camaragibe, nesta província.

Mas esta existência radiosa que a pátria desejava que fosse eterna para seu adorno e gloria, aniquilou-se em poucos anos!...

Em 1840 morreu na Bahia assassinado, vítima do cálculo louco de um coração perverso.

A Câmara do Penedo honrando a memória do sábio penedense deu o nome de Fernandes de Barros à rua que começa no oitão da matriz do lado esquerdo e termina na da quitanda.

Gloria-se também o Penedo de ser o berço do conselheiro Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, hoje barão do Penedo, de talento transcendente e de ilustração alta e não comum.

Nasceu a 26 de dezembro de 1815, no sobrado de dois andares da rua do Commercio, atualmente com o nº 26; é filho do capitão João Moreira de Carvalho, natural da cidade do Aveiro do reino de Portugal e de sua mulher D. Maria Joaquina de Almeida e Silva, natural da cidade das Alagoas.

Começou seu inteligente e abastado pai a promover-lhe a educação literária; mas não havia o jovem concluído o estudo dos preparatórios, quando faleceu aquele no 1º de agosto de 1830; continuou, não obstante, nessa carreira a que o chamava seu espirito vigoroso, a despeito da opposição de sua presada mãe, e formou-se em ciências jurídicas e sociais em S. Paulo em 1839, onde casou-se em 1840 com D. Carlota Emília de Aguiar e Andrada, da honrada família dos Andradas; passou-se para o Rio de Janeiro e aí obteve continuas glórias, ostentando os belos recursos de seu talento, já como advogado e já como membro da Câmara temporária. Em 1852 foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos, para onde partiu logo, e de lá foi removido no mesmo caráter para a Inglaterra, cargo que ocupou por muitos anos, e em que prestou serviços reais ao país e mereceu a maior confiança de todos os ministérios, que se sucederam nesse longo período. De tanta estima e prestígio gozou nessa corte, rainha do mundo, que foi escolhido para ser o orador do corpo diplomático estrangeiro em diversas ocasiões em que coube a este dirigir-se ao governo inglês. Honrou-o a distinta Universidade de Oxford com o grau de doutor, título que tem a poucos concedido, sendo ele até agora a única pessoa da América que o obteve.

A seus esforços e escritos como presidente da comissão brasileira que assistiu à exposição universal de Paris, deve-se o realce e apreço que ali teve a indústria do país, pelo que foi pelo nosso governo condecorado com o título de barão do Penedo.

Muito deve ainda a pátria esperar de seu patriotismo, da longa experiencia que tem dos mais importantes

negócios públicos, e de seu cultivado talento. Em homenagem aos méritos de tão elevado penedense, a Câmara deu o nome de — Barão do Penedo — à antiga rua Nova da Boa Esperança.

Temos a satisfação de poder ainda fazer menção de dois filhos do Penedo talentosos, que foram ornamentos da cadeira sagrada:

Frei José de Santa Engracia da ordem franciscana, filho de José Joaquim Pacheco, erudito, pregador eloquente e arrebatador, admirado não só no Penedo, como na ilustrada Bahia em cujos templos sua voz altissonante retumbou muitas vezes; músico insigne, autor de muitas peças desta arte, que são ainda hoje apreciadas; e o padre João Capistrano de Mendonça, filho de Manoel de Jesus Maria de Mendonça e de sua mulher D. Anna Francisca Dias, incontestavelmente o primeiro pregador do Recife em seu tempo. Suas brilhantes produções eram ouvidas com entusiasmo pelo povo daquela cidade, que incansável em apreciá-lo acompanhava-o dum igreja para outra, quando nos sermões quaresmais pregava ele em diversas numa só noite, sendo para admirar a fecundidade daquele talento que repetia as mesmas coisas sempre dum modo novo e encantador.

Faleceram ambos ainda moços; o primeiro em seu convento nesta cidade, onde foi sepultado, e o segundo no Recife. Sentimos não ter esclarecimentos mais minuciosos a respeito destes dois distintos penedenses.

Mencionamos finalmente o nosso ilustrado e talentoso patricio Ignacio Joaquim Passos que faleceu professor de retórica do Liceu da capital, jubilado; profundo na matéria que ensinava e esclarecido em muitas, poeta exímio, cujas belas produções, a bem da literatura da

província, convém sejam colecionadas e impressas.

Muitos filhos do Penedo têm ocupado lugares subidos no país; lembrando do doutor Antônio Luiz Dantas Leite, primo do doutor Fernando de Barros, que faleceu o ano passado senador por esta província, o padre Luiz José de Barros Leite, João da Costa Silva, o desembargador Francisco Joaquim Gomes Ribeiro e o comendador Manoel Sobral Pinto, que foram membros da Câmara dos deputados em diversas legislaturas.

Em geral o povo é inteligente, de imaginação elevada, muito amante e cultivador da música, apesar de não haver estímulo para as belas artes.

TERCEIRA PARTE

Publicado na Revista do Instituto Arqueológico
e Geográfico Alagoano
Vol. I, nº 3, em dezembro de 1873.

Ruas, templos e edifícios públicos

A mais antiga rua desta cidade é a do Sol, onde se edificaram as primitivas casas por ordem de Duarte Coelho Pereira. O rio defronte dela tinha então bastante profundidade, e aí ancoravam as embarcações: o comércio estabeleceu-se na mesma rua e nas vizinhanças do bairro denominado — Rocheira, onde permaneceu até os princípios do presente do século. Depois entulhando as enchentes o porto da Rocheira, as embarcações começaram a fundear junto da rua da Praia, hoje do Comércio, e para aí passaram-se também os estabelecimentos comerciais.

Esta rua da praia com grande número de sobrados, estendida pela margem do rio, é por isso a mais bela da cidade, tinha na frente outrora uma praça espaçosa onde por provimento do Ouvidor Manuel Joaquim Pereira de Matos Castello-branco em correição de 8 de novembro de 1800 foi proibida a edificação do lado do rio, por ser

esse terreno absolutamente necessário para os embarques e desembarques dos barcos e canoas e para serventia da feira, com cominação de se haverem por nulas as licenças que porventura concedesse a Câmara para identificação, e de poder qualquer pessoa do povo embargar a continuação da obra por ordem dele ministro, mandando desfazer a custa daquele que a houvesse feito.

A Câmara observando esse provimento de ordem no 1º de fevereiro de 1826 para derribar-se um nicho arruinado que havia na rua da Praia com a frente para as casas e fundo para o rio, defronte do sobrado que tem hoje o nº 21, cuja imagem muito antes se havia colocado na igreja de S. Gonçalo Garcia, não consentindo a mesma Câmara que o tenente Domingos Antônio Alves da Silva edificasse no lugar do mesmo nicho o qual aliás obtido permissão do bispo D. Tomás de Noronha (quando aqui passou vindo do Rio de Janeiro por Minas para Pernambuco) para converter dita casa de oração em casa comercial.

Ainda em virtude do provimento sobredito foi suspenso por ordem do governo da província em ofício de 9 de novembro de 1830 a licença que a Câmara havia concedido a José da Silva Lemos para edificar na rua da Praia do lado do rio, tendo a questão sido submetida à decisão do governo por um dos Vereadores.

O beco novo, hoje travessa do Comércio, foi aberto em 1833.

Havia no lugar que é hoje a entrada da rua pelo lado do rio uma casa arruinada, pertencente a irmandade do S. S. a qual obteve a Câmara comprar com consenso do juiz, a fim de abrir-se a mencionada travessa a benefício do trânsito público, aumento do comércio e engrandecimento da Vila, o que consta do ofício da Câmara ao juiz, de 23 de abril de 1833.

Em sessão de 14 de abril de 1834 resolveu a Câmara obter a rua que segue no mesmo alinhamento da travessa do comércio, e que antigamente se denominou do Canto do Muro hoje de S. Francisco, a fim de facilitar o trânsito da rua de S. Gonçalo para trás do muro; para o que cedeu o padre João da Silva Lemos no terreno que possuía suficiente e igualmente os religiosos de S. Francisco na parte que tinham domínio.

A antiga rua da Boa Vista, continuação desta, é hoje também com o nome de S. Francisco começou a ter casas em 1833, mandando a Câmara em janeiro deste ano o fiscal derribar os matos que ali havia para se dar o cordeamento, em razão de terem requerido muitas pessoas licença para edificar em dito lugar.

A rua Sete de Setembro outrora do Crespo, teve antigamente o nome de rua da Cadeia porque aí existiu a primeira cadeia do Penedo; consta que foi no lugar da casa térrea que tem presentemente o nº 10.

Esta rua pelo lado de baixo terminava no beco da Cortesia, fazenda esquina neste beco o muro do cercado dos franciscanos, que daí seguia até o convento dos mesmos.

Em 1833 venderam eles ao padre João da Silva Lemos a parte do referido cercado que fica no beco mencionado para cima por quinhentos mil reis, com a condição de fazer o comprador o novo muro fechando o cercado; e aí ergueram-se as casas existentes.

Matriz

Vindo do rio de S. Francisco Christóvão da Rocha intentou levantar aqui uma capela curada, o que levou a

efeito com prévia licença de D. Constantino Barradas, bispo do Brasil naquele tempo; a capela teve a invocação de Santo Antonio e foi edificada no lugar hoje ocupado pelo sobrado do abastado comerciante José Joaquim Rodrigues Guimarães, onde descobriram-se muitos vestígios dela quando se cavaram os alicerces do referido sobrado.

Em 1690 Já não existia essa capela, e na sua vizinhança se havia erguido a matriz da Vila com a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

Primeiramente foi levantada a capela-mor e muito posteriormente a obra das naves; a da frente com frontispício foi feita em 1808, era que se lê por cima do pórtico principal. Mas por ser esse frontispício muito acaçapado e flexível a cruz de ferro que colocaram sobre ele, a qual balançava com qualquer viração, em 1815 cotizaram-se os devotos e mandaram erguer o frontispício elegante que a igreja tem; onde cravaram uma cruz de pedra.

A obra das torres do corredor do lado da sacristia foi feita em 1850, sob a administração do vigário Antonio Joaquim da Silva.

D. Constantino Barradas impôs a Christóvão da Rocha a obrigação de dotar a capela para cuja edificação requereu licença, o que este cumpriu, doando a mesma capela uma légua de terra, a saber: meia da igreja para baixo e meia para cima com a mata da aldeia, de que se tomou posse em nome da capela, posse foi conservada por muitos anos, aforando-se a diversas pessoas terrenos para roças, casas e sítios.

Esses títulos perderam-se no tempo da invasão holandesa; o que deu lugar a Belchior Alves, homem poderoso e protegido dos holandeses, a introduzir-se como senhor de dita légua de terra, mesmo por não haver

quem o impedisse, estando quase todos os moradores ausentes pelo terror dos invasores, inclusive o Vigário da freguesia, que então era Manoel Vieira Lemos. Por morte de Belchior Alves passou a seus herdeiros a posse da terra mencionada.

A câmara julgava-se também com direito ao terreno da Vila, apoiando-se na seguinte tradição: que este Belchior Alves como procurador bastante do Marquês de Basto doava em nome do Marquês, na ocasião da fundação da Vila, uma légua de terra a saber: meia Légua do pelourinho para baixo e meia para cima com a mata da aldeia; e que tomando logo posse os oficiais do Conselho desta légua de terra conservaram-na até entrarem os holandeses, e como se perdessem esses documentos e ficasse a Vila abandonada, o mesmo Belchior Alves, segundo o que já dissemos, fez-se senhor da terra doada, a qual passou depois a seus herdeiros.

Tendo ciência do exposto o Ouvidor Lourenço de Azevedo Motta, em correição de 1662 mandou que demarcasse a légua de terra, e a esta demarcação assistiu; mas os herdeiros de Belchior Alves se opuseram, e afinal foi julgada nula a medição na casa da suplicação.

Propôs depois o Conselho ação de reivindicação a ditos herdeiros, onde apareceu como oponente o vigário da freguesia, por não pertencer a terra ao Conselho nem aos herdeiros, e sim a igreja; foi esta ação julgada por sentença do Ouvidor José de Sá de Mendonça, lavrada em Olinda aos 16 do mês de setembro de 1690, em que o mesmo Ouvidor atendeu ao direito do oponente, declarando que a légua de terra se achava obrigada à pensão anual estabelecida por Christovão da Rocha a bem da capela de Santo Antônio, depois igreja matriz de N.

S. do Rosário, e que não prevalecia a prescrição alegada contra a mesma igreja por ser a posse em que estavam os herdeiros efeito da violência dos holandeses.

Em virtude desta decisão passou a terra a ser administrada em nome da igreja, sendo o produto de suas rendas aplicadas as despesas da fábrica, o que tem subsistido até agora.

Convento

Por título de doação passado em 31 de julho de 1670 os oficiais da Câmara receberam um terreno com 50 braças dentro da vila, pelo lado do Sul, com fundos para a várzea, para edificação de um convento da religião seráfico padre S. Francisco, a pedido de seus religiosos, que queriam situar-se no rio de S. Francisco, e tinha obtido para isso licença do governo e do cabido, no que conveio a Câmara por ser de utilidade para o bem espiritual do povo e aumento dos ofícios divinos. Deste terreno tomaram posse os religiosos por seu síndico o tenente André Velho Tinoco em 17 de abril de 1673. Daí em diante é que teve lugar a edificação do mosteiro.

Em 1686 já havia muitos religiosos dentro dele, e foi pelo provincial Frei Domingo de Christo nomeado em dito ano Frei Pedro do Paraíso comissário visitador deste convento, o que consta duma petição do referido provincial, dirigida ao Marquês de Minas, governador do Brasil naquele tempo, da qual suplicou o auxílio e ajuda do braço secular para posse do referido Visitador, no caso de resistirem os religiosos à obediência que deviam prestar-lhe, o que foi deferido pelo Marquês, ordenando que as autoridades desta vila de S. Francisco assistissem

e dessem todo o auxílio ao delegado do provincial Frei Pedro do Paraíso, em ordem a ser metido e conservado no convento e a não se admitir outro pelado senão este nomeado pelo provincial, visto ser o mesmo provincial canonicamente eleito como constava das reais ordens que havia recebido de El-Rei, despacho que foi dado na Bahia em 18 de abril de 1686.

Esta petição e despacho, Frei Pedro fez lançar em notas, cujo registro encontramos nos restos de um livro muito deteriorado, e em seguida estava registrada outra petição do mesmo teor com igual despacho do Marquês na mesma data para as autoridades das Alagoas de cujo convento era também visitador Frei Pedro do Paraíso.

O convento do Penedo ereto sobre o padroado de N.S. Mãe dos Anjos, foi destinado pelo religioso para casa capitular por ficar no centro da Província de sua congregação, sendo por este motivo edificado com grandes proporções e com todas as acomodações necessárias, mas deixou de sê-lo por causa das carneiradas, moléstia endêmica nas margens do S. Francisco na ocasião da vazante do rio e que antigamente fez muitos estragos: é tradição que num só ano morreram aqui desta doença nove religiosos: ficou por isso o convento da Bahia sendo a casa capitular.

Em 1716 o capitão-mor Antônio Teixeira Barbosa e sua mulher D. Catharina Camello, moradores no Recife, doaram por escritura pública ao convento um terreno com vinte e cinco braças, fronteiro ao seu alpendre, de que tomou posse em 1717 o síndico Leonardo Pereira de Lima na presença do guardião Frei Seraphim da Porciúncula. O mesmo capitão-mor e sua mulher deram mais em 1817, vinte e cinco braças de terra buscando o lado de leste, para acrescentamento dos muros e largueza

da casa. Com a aquisição deste terreno aumentaram os frades o seu mosteiro: a parede do frontispício da igreja que estava no alinhamento da torre foi erguida mais em busca do adro sobre arcadas que formam um airoso vestíbulo, onde se mostram os altares do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e de S. Vicente Ferreira: no mesmo alinhamento foi feita a comprida galeria de celas, e o mirante que constituem a face principal do edifício. É digna de ver-se a escada que dá entrada para o interior do convento com 24 degraus de pedra, toda coberta por uma abóbada também de pedra, obra-prima, que segundo corre foi dirigida por um irmão leigo.

A igreja ostenta-se perfeitamente decorada, seu aspecto sombrio inspira recolhimento religioso e devoção.

Em 1689 já estava edificada a ordem terceira; teve lugar neste ano a abertura do arco que deu a comunicação para o convento; sua sacristia foi feita em 1693, o retábulo da Capela-mor, em 1705; o douramento, em 1784; fez-se a primeira procissão de cinza em 1789.

Os religiosos prestaram serviços não só a religião como a instrução da mocidade.

Criaram no convento uma cadeira de gramática latina, onde ensinaram gratuitamente a quem quer que ali quisesse estudar.

Desta aula conta-se o seguinte fato asseverado pelos velhos da terra: um cego muito inteligente chamado José Joaquim, acompanhava o irmão que era estudante, e colocava-se na porta da sala de aula, de onde podia escutar tudo o que se dizia; com tanto proveito escutou durante alguns anos, que veio afinal a saber latim. O irmão a quem o cego acompanhava professou na ordem franciscana, e foi Frei José de S. Vicente Ferreira.

Igreja de Nossa Senhora da Corrente

O capitão José Gonçalves Garcia Reis querendo fundar a capela de N. S. da Corrente deu para seu patrimônio duas moradas de casas térreas, sitas na rua de S. Gonçalo Garcia, defronte da porta do cano do convento de S. Francisco, as quais ele havia arrematado em hasta pública, patrimônio que foi julgado suficiente, livre e desembargado pelo visitador Rvd. Antonio Teixeira Lima em visitação nesta vila aos 7 de dezembro de 1764, e nesta ocasião nomeou visitador o mesmo capitão administrador destes bens com a obrigação de dar conta de seu rendimento na visitasões da Capela.

Logo depois do começo referido capitão José da Silva Reis a obra da capela, que depois de sua morte foi continuada por seu genro o sargento-mor Jacintho Soares de Souza e depois pela mulher deste e filha daquele D. Anna Felicia da Corrente.

Fizeram a capela-mor e deixaram as paredes do corpo da igreja na altura de um homem em alguns lugares, em outros menos. Falecendo D. Anna Felicia da Corrente, não quiseram seus herdeiros continuar o edifício, nem procuraram provisão de administradores do seu patrimônio, ficou por isso abandonada a obra. Passados mais de trinta anos o capitão-mor de ordenança André de Lemos Ribeiro talvez o homem mais rico da Vila naquele tempo, estimado por suas virtudes cristãs, tomou conta da igreja, e fez a sua custa a toda obra que faltava, pon-do-a pronta de tudo, com duas torres, sinos, com painéis de azulejos nas paredes de dentro, altares colaterais, dois púlpitos, tribuna e grade do coro com obra de talha; e toda ela bem como a dos altares pintada e dourada; enri-

queceu-a com alfaias de ouro e prata e com ornamentos necessários de seda e um de tela.

Achando-se adiantado em anos e sendo solteiro, passou em 1804 a administração da igreja a seu sobrinho o capitão Manoel da Silva Lemos que já de antes o ajudava neste serviço. Era chamada a igreja dos Lemos, e aí sepultavam-se antes da feitura do cemitério os membros dessa família.

No dia 3 de novembro de 1824 às duas horas da tarde mais ou menos, caiu um raio na torre desta Igreja do lado direito, percorreu quase todo o interior do templo: em alguns lugares chamuscou o dourado e no altar de N. S. as roupas e bicos de ouro da imagem: ainda existem vestígios de sua passagem.

Igreja de N. Senhora do Rosário

Nos poucos livros que existem nesta igreja não se encontra declaração alguma cerca de sua fundação.

É provável que fosse fundada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos a quem ela pertence, começando a sua edificação nos princípios do século 18; pois em um livro de entradas antigo, acham-se assentamentos de irmãos feitos no ano de 1634: do que se conclui que já nesse tempo estava criado a capela onde funcionava a dita irmandade. Faltando-lhe porém os meios para a continuação do edifício, foi esse se fazendo por partes e em diversos anos. Na parede do corredor do lado esquerdo se lê a era de 1775, escrita com tinta de caracteres antigo, o que faz presumir que foi em dito ano erguido aquele lança de parede.

Em 1790 assentou a mesa da irmandade levantar o

corpo da igreja pondo-o na mesma altura da capela-mor; em 1816 concluiu a parede do frontispício e a torre, sendo administrador gratuito de quase toda obra o irmão capitão Bartolomeu da Luz Salgueiro. Numerosos devotos e irmãos auxiliaram com suas esmolas a irmandade para feitura da obra referida.

Fez-se o corredor do lado esquerdo em 1836: receando a irmandade que o inverno derribasse a parede do corpo da igreja, como derribara a do mesmo corredor que havia sido começada anteriormente, esforçou-se quanto em si coube, para levar a efeito dita obra; além do que pôde obter por esmola, tomou por empréstimo 250\$000 ao capitão-mor Manoel Hypolito de Souza Vieira, quantia que com pequena diferença foi doada depois pela viúva do mesmo, D. Ana Joaquina de Lemos à N. S. do Rosário.

O Rvd. Antônio Craveiro de Barros Leite da família de Fernandes de Barros, distinto professor de gramática latina do Penedo, por mais de trinta anos, sacerdote geralmente venerado por suas virtudes e piedade, foi um dos benfeitores desta igreja.

Celebrou nela a primeira missa em 29 de junho de 1813 e foi por um ano se o capelão gratuito, voto que havia feito a N. S. do Rosário.

Findo o ano contratou por módica espórtula a mesma capelania cujos deveres cumpriu com a maior satisfação até 1853, ano de seu falecimento.

Prestava-se além disso a todos os encargos da confraria como irmão e com seu prestígio conseguiu avultadas esmolas para a igreja. Ali cantava missa nos sábados, que era por todos os seus alunos, e à noite conduzia a sagrada imagem de N. S. sob o palio, percorrendo as ruas

principais com a irmandade e grande número de fiéis na devoção do terço. Há poucos anos promoveu o capitão Ignacio de Barros Leite os reparos da capela-mor, cujo altar foi adornado com obra de talha.

Igreja de S. Gonçalo Garcia

Houve no lugar dessa igreja uma ermida zelada por hermitões que convocavam o povo para suas solenidades, elegendo um juiz, tesoureiro e outros empregados necessários. Pelo tempo adiante organizou-se uma irmandade que fazia as festas da ermida; não se sabe, porém, em que ano foi ela criada, por não fazerem menção os livros existentes.

Em 1758 sendo procurador desta Irmandade o comandante Manoel Martins Ramos, levado pelos seus sentimentos religiosos, propôs-se perante a mesa da confraria a erigir uma igreja decente à sua custa, para ser depois indenizado com as esmolas que se recebessem e com os rendimentos da mesma igreja, no que convieram os mais irmãos em número de onze e lavrou-se termo deste acordo, que ainda existe num dos livros da irmandade.

Deu ele logo começo aos trabalhos, e com tanto desvelo e afã se empenhou em satisfazer o seu compromisso que dentro de um ano conseguiu erguer e aprontar um templo magnífico. Consta que apostara-se uma quantia crescida para ser aplicada a benefício da igreja, caso ele a concluísse num só ano, sendo este um dos motivos da aceleração da obra, na qual se trabalhou também de noite com archotes, a fim de adquirir a confraria a soma da aposta, o que sucedeu.

Sem embargo da celeridade e foi toda obra feita com esmero, desde os relevos de pedra que guarnecem as portadas principais, as do coro e o frontispício até a obra de talha dos altares, tanto da capela-mor como do corpo da igreja, onde há diversos. Foi o santo Patrono colocado no altar-mor de sua nova igreja no dia de S. Thomé à tarde de 21 de dezembro do ano de 1759.

A irmandade de S. Gonçalo Garcia é administradora e zeladora do Hospital de Caridade, que fica contíguo a igreja, instituído pelo coronel João Pereira Alves no 1º de fevereiro de 1770.

Pela escritura pública da instituição entregou o referido coronel à irmandade, dando-lhe em patrimônio a quantia de doze mil cruzados a juros e oito moradas de casas.

Hoje possui o hospital maior número de prédios, doados por outras almas caridosas, e um deles excelente, legado pelo reverendo João da Silva Lemos, penedense inteligente, ilustrado e virtuoso, que faleceu professor de filosofia desta cidade jubilado.

S. M. o Imperador quando aqui esteve em 1859 deu a este hospital a quantia de dois contos de réis e na mesma ocasião doou-lhe igual quantia o comendador Joaquim Serapião de Carvalho.

Em consequência da suspensão inconsiderada da irmandade pelo juiz de direito José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva, por não ter ela compromisso aprovado, deixou de haver ali as solenidades do estilo e ficou o templo por assim dizer em abandono durante alguns anos, do que resultou deteriorar-se consideravelmente.

Graças aos cuidados do Rvd. Manoel Antônio do Valle e da mesma confraria, depois de haver reentrado no exercício de suas funções, acha-se ele completamente reparado.

Refere-se que foi esta igreja inundada na enorme cheia do rio de S. Francisco em 1792: conduziram-se suas imagens para fora em canoas, e sucedeu, que ao sair destas, fechando-se as portas, ficasse presa uma tubarana, peixe que foi pescado dentro do templo.

Depois desta cheia a maior que houve foi a de 1865, cujas águas chegaram somente às soleiras das portas da igreja.

Igreja de S. Gonçalo de Amarante

É-nos grato fazer menção desta simpática e popular igreja, bem que ela não exista desde 1866.

Recomendava-se por sua aprazível situação na parte mais alta da Cidade, e por isso sua arquitetura especial, tendo na frente um alpendre, sustentado por colunas de pedra com assentos também de pedra por dentro. No lado esquerdo tinha uma torre com sino, e no direito um corredor assobradado com algumas celas.

Do alpendre, ainda que estivesse fechada a porta de entrada, via-se o interior da capela por duas janelas com grades, que havia nos dois lados da mesma porta: via-se o altar-mor, os dois colaterais e a grande quantidade de painéis apresentando milagres do santo, assim como o outro tanto de braços, pés, mãos, peitos &c. &c. feitos de cera, que mostravam as enfermidades por ele milagrosamente curadas, as quais enchiam todo o vazio das paredes. Numa pedra do arco da capela estavam gravadas com uma ortografia particular as seguintes palavras: — *Capela de S. Gonçalo edificada pelo capitão Antônio de Amorim e fiéis em 1682.*

Foi este pois o ano de sua fundação, promovida pelos

religiosos do Carmo, os quais tomaram conta do hospício depois de preparado e moraram alguns nas celas já mencionadas; mas por não haver obtido prévia licença para a ereção do mesmo hospício, e pela oposição que lhe fizeram os franciscanos, alegando a dificuldade de se sustentarem dois conventos de ordem diferentes num lugar pequeno, foram constrangidos a abandoná-lo. Antes de construir-se essa igreja a imagem de S. Gonçalo do Amaranthe estava numa capelinha de madeira e barro no monte que fica por trás do sítio das bicas chamado Alto do Toirinho ou S. Gonçalo Velho; no princípio deste século existiam ainda vestígios dessa capelinha. Logo que se preparou o hospício foi a mesma imagem tirada dali e colocada no seu novo altar; fugiu porém para sua velha capelinha muitas vezes, segundo uma tradição, admitida pelos crédulos. Depois do abandono do hospício pelos Carmelitas ficou ele com a denominação de Capela de S. Gonçalo de Amaranthe, zelada por administradores nomeados pelo juízo da provedoria, a quem prestavam contas anualmente dos rendimentos provenientes de esmolas.

Havia do lado direito da igreja, no lugar hoje ocupado pela propriedade do respeitável ancião Joaquim José dos Santos Patury, uma casa espaçosa com alpendre na frente, chamada casa dos romeiros, onde pousavam as pessoas de longe que vinham implorar a proteção do milagroso Santo. Aí jantavam em lauta mesa os membros do senado da Câmara no dia da festa de S. Sebastião, que como já dissemos fazia o mesmo senado a sua custa nessa igreja todos os anos.

A festa de S. Gonçalo com seu novenário faziam os devotos sempre com o esplendor, e para ela concorria o povo com prazer; fora disto a igreja era sempre frequen-

tada principalmente nas tardes e noites de luar pelo ve-
rão: nos assentos de pedra que haviam no oitão do lado
do nascente descansavam os visitantes, gozando da agra-
dável vista que lhes proporcionava o alto que dominava
grande parte do rio.

Contando perto de dois séculos de existência e por não
se fazerem os reparos precisos foi se arruinando a igreja e
desabou no dia 13 de abril de 1866 às duas horas da tarde.

Estavam sentados nesta ocasião dois homens no oi-
tão; logo que ouviram o ruído de desabamento correram
para fora; um deles salvou-se, o outro conhecido pelo
nome de Luiz Embigudo morreu esmagado pelas pedras
que o alcançaram.

O juiz provedor nomeou uma comissão para promo-
ver a reedificação da capela, mais resolveu-se depois a
construir uma nova aproveitando o material da velha.

Foi assentada a primeira pedra da nova igreja no dia 19
de outubro de 1868 pelas quatro horas da tarde, lançando
a benção o vigário interino Rvd. Manoel Antônio do Val-
le, ato a que assistiram como padrinhos ou testemunhas o
Comendador Joaquim Serapião de Carvalho e o Coronel
José Vicente de Medeiros, e a ele concorreram todos os
sacerdotes que se achavam na cidade e grande número
de pessoas de ambos os sexos. Ainda se fizeram alguns
palmos de paredes acima dos alicerces com as esmoladas ar-
recadadas; parou afinal a obra por falta de capital.

Cadeia

Dos capítulos da correição do Ouvidor Lourenço de
Azevedo Motta no ano de 1662, os quais estão lança-
dos em notas, consta o seguinte:

Perguntando dito Ouvidor geral aos oficiais da Câmara que razão havia para que a cadeia desta vila não estivesse acabada, sendo que se tinha mandado fazê-la em muitas correições; por eles foi respondido que a cadeia se não acabara, porque o pedreiro que estava obrigado a fazer a obra se achava impedido com a doença, a vista de sua resposta disse o Ouvidor que defiriria como lhe parecesse de Justiça. E sendo outrossim dito pelos oficiais da Câmara, que o pedreiro se obrigava a dar a cadeia acabada até a páscoa da ressurreição do ano seguinte, mandou, que no dito tempo estivesse a cadeia acabada de todo, para se recolherem presos dentro em oito meses seguintes, sob cominação de que não estando acabada neste tempo, pagaria cada um dos oficiais da Câmara seis mil réis que se applicariam a ordem dele Ouvidor, ou de quem seu cargo servir, e ficariam outrossim sujeitos a comporem as partes toda a perda e dano que lhes resultasse de não haver prisão capaz para se recolherem os presos; e que seriam outrossim obrigado o tabelião desta vila, cumprido que fosse dito termo de oito meses, a enviar certidão a ele ouvidor em que declarasse, se estava ou não acabada a cadeia, com pena, que não satisfazendo a isso, se lhe daria em culpa e se procederia contra ele com as mais penas que parecesse.

A vista das penas combinadas é muito de crer que ficasse a cadeia pronta na páscoa de 1763.

Dessa exposição colige-se que a obra já havia começado alguns anos antes, e se achava então parada, sendo certo que começou ela depois que separou-se Portugal do governo espanhol, o que teve lugar em 1640; pois por entre os relevos de pedra que ornão o portão de entrada

estava esculpida a coroa portuguesa, que foi apagada por ordem do Ouvidor interino Gustavo Adolfo de Aguiar no Ofício que acima transcrevemos. Antes de sua edificação servia a pequena e insuficiente da rua hoje — Sete de Setembro.

No lanço de rua fronteira a cadeia e no alinhamento das casas há um vetusto nicho, sobre cuja porta está gravada em pedra o seguinte: — *Oratório que a custa de sua fazenda mandou fazer o sargento-mor João de Araújo e Silva no ano de 1769.*

Foi entregue à Câmara para fazer celebrar nele missas a fim de os presos ouvirem-nas. Consta que isso se observou por alguns anos.

Tem a irmandade das almas obrigação por seu compromisso de mandar celebrar missas neste oratório para o fim exposto o que não tem cumprido por se achar ele muito arruinado.

Casa da Câmara

Foi edificada para a aposentadoria dos Ouvidores por ordem do Ouvidor José de Mendonça de Mattos Moreira; começou a obra em 1781 e findou em 1782; o que mostram os assentos que se encontraram nas paredes do edifício. Na fachada lê-se entalhada em uma pedra o seguinte: — Casa de aposentadoria que mandou fazer o Doutor Ouvidor José de Mendonça de Mattos Moreira, sendo administrador dela Jacinto Soares em 1781.

Sobre a porta que fica a fronteira ao topo da escada estão escritos com caracteres antigos dentro de um quadro os seguintes versos:

*Princípio as coisas querem,
Mas o fim inda vai mal;
Em 1X82 findou
O administrador Amaral.*

O primeiro administrador foi o sargento-mor Jacintho Soares de Souza um dos edificadores da igreja da Corrente, como já fizemos ver; o segundo o Coronel Félix da Rocha Amaral que aqui ocupou diversos cargos.

Para erguer-se o sobrado no alinhamento da cadeia, foi mister que o fundo pelo lado do Sul ficasse muito próximo ao despenhadeiro da rocheira: seus edificadores provavelmente não se preocuparam do receio de vir ele pelo tempo adiante a desmoronar-se por aquele lado, persuadidos de ter a rocha muita firmeza; mas o contrário se tem observado. Já na correição de 26 de janeiro de 1798 recomendava o Ouvidor Manoel Joaquim Pereira de Mattos Castelo Branco, que não consentisse a Câmara, se tirasse pedra na rocheira pelo irreparável dano que podia sobrevir à casa da Câmara e cadeia.

Não se tem tirado pedras, mas elas vão desabando, despregadas pelas raízes das árvores que rebentam de seus interstícios e crescem.

Caíram há pouco meses dois enormes cabeços, e está para isso a parte do princípio abaixo do oitão deste sobrado; em alguns pontos vêem-se as pedras afastadas do rochedo quase um palmo.

É urgente pois para segurar o edifício, que há de abater sem dúvida com desmoronamento da Rocha aluída, a continuação da obra da rampa que se começou a erguer ali; mas só com os recursos do cofre provincial, mediante prévia autorização da assembleia, se poderá levar a

efeito essa obra, visto como não pode a curta receita da Câmara comportar tamanho a despesa. Chamamos para ela a atenção dos dignos deputados no círculo. Despenda-se embora com profusão para o aformoseamento da Capital, porque é Capital, mas não deixem por falta de reparo cair um edifício público desta Cidade que tanto contribui para o aumento dos fundos provinciais. Não serviu este sobrado para o mister a que era determinado; a Câmara estabeleceu-se nele, e mandou construir outro para aposentadoria dos Ouvidores.

Aposentadoria nova

Não há acento do tempo de sua edificação, tem a denominação de nova por ter sido edificada depois da aposentadoria feita por ordem do Ouvidor José de Mendonça de Mattos Moreira como fica exposto.

O sobrado somente se abria, quando aqui chegavam os Ouvidores; o Doutor Luiz Antônio Barboza de Oliveira, primeiro Juiz de fora do Penedo foi o seu primeiro morador. Pelo fato de estar sempre fechado e por ter sido mal construído arruinou-se consideravelmente.

Em ofício de 14 de novembro de 1828 o Ouvidor interino recomendou à Câmara a sua reedificação, atento o receio que então havia de seu desbamento no próximo inverno, ao que ascendendo ela, em sessão de 10 de janeiro 1829, autorizou a feitura da obra, e nomeou para seu administrador o Reverendo Joaquim da Natividade Reis.

Derribou este o edifício todo; seus alicerces eram entulho de aroeira; havia nele cantaria; tinha varanda de madeira e as armas de Portugal na porta principal.

Ergueu o administrador o novo sobrado existente mais alto que o antigo, e maior tanto na frente como no fundo, dando-lhe construção sólida e os repartimentos convenientes: foi concluída a obra em 1832 e prestou ele contas na sessão de 11 de janeiro de 1833. Depois de reedificado foi posto em arrendamento.

Funcionou neste edifício o colégio de Nossa Senhora da Conceição sobre nossa direção de 1866 a 1870, ao qual se achavam adidos em virtude da lei provincial nº 450 de 17 de junho de 1865, as quatro aulas de instrução secundária que naquele tempo havia nesta cidade, a saber: gramática latina, francesa, geografia e filosofia.

Não concluiremos sem que manifestemos nossa gratidão para com as respeitáveis pessoas, que de boa vontade de se dignaram prestar-nos documentos e informações para esses apontamentos: aceitem neste lugar nossos reais agradecimentos.

